CÂMARA DO ENSINO SUPERIOR

PROCESSO N°: 2069/64

INTERESSADO: FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO
PRETO.

ASSUNTO : S/Regimento da Faculdade acima mencionada.

P A R E C E R N° 717/66

Examinando, por determinação da Colenda Câmara do Ensino Superior o Regimento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto, cumpre-nos fazer as seguintes observações.

1 - Relativamente ao douto Parecer n° 26/66 da Consultoria Jurídica deste Conselho pedimos vênias para dela divergir nos seguintes pontos:

a)- O artigo 59 deve ser mantido. Uma vez constituída a Congregação de um instituto de ensino superior devera ela adquirir o direito sagrado de eleger seu próprio Diretor automaticamente. E o que frequentemente lemos nos regimentos na quase totalidade das Faculdades brasileiras.

b)- Embora não prevista em lei entendemos que seria interessante prever a função não gratificada de um Diretor Associado(art. 58 e outros) o que viria facilitar muito a tarefa do Diretor, sobre tudo numa Faculdade onde existem dois cursos distintos - Farmácia e Odontologia.

2- O currículo previsto para o curso de Odontologia(art. 26), não e o mesmo que o baixado por Portaria pelo Presidente do CEE para ser adotado nos institutos congêneres integrantes do SEE Todavia, para maior clareza, perguntamos à Egrégia CES se aquele currículo padrão aplica-se automaticamente, por força daquele ato, a todos os institutos do referido Sistema, mesmo para os que já tem suas congregações constituídas.

3 - Entendemos que convém suprimir o disposto na letra, c do Art. 45.

4 - Parecem-nos, que além da Farmácia modelo devera constar a Farmácia semi-industrial (Art.54).

5 - Artigo 125 - Sugerimos a supressão do final do texto que diz: "... quando lhe será conferido o grau de Professor Doutor".

O título de Professor Catedrático é o maior e o mais nobre dentre os previstos na carreira do professor universitário.

6 - Artigo 124 - Sugerimos o seguinte acréscimo: salvo quando houver cadeira vaga afim, em cuja matéria seja ele reconhecido devidamente pela congregação como pessoa de notório saber.

7 - Artigo 201 - O parágrafo único deste artigo a nosso ver, smj, deve ser suprimido, por nos parecer ilegal.

Essas são as observações que pudemos anotar dentro do curtíssimo espaço de tempo que dispusemos para o estudo desta matéria. No mais, somos de parecer que este Regimento deva ser aprova do com a maior brevidade, posto que esta ele em tramitação e em estudos desde o ano de 1964.

Araraquara, 18 de Setembro de 1966.

a) RAPHAEL LIA ROLFSEN - Relator